

Título: Um pouquinho de Brasil

Veículo: Folha de S. Paulo - **Localidade:** SÃO PAULO - SP - **Data de publicação:** 02/03/2014

Editoria: Ilustríssima - **Página:** C12

C12 **ilustríssima** ★ ★ ★ DOMINGO, 2 DE MARÇO DE 2014

FOLHA DE S. PAULO

HISTÓRIA

Um pouquinho de Brasil

Por que deveríamos nos reconhecer nas cenas de "12 Anos de Escravidão"

RESUMO Narrativa de Solomon Northup, que inspirou filme concorrente ao Oscar, ensaia sobre as condições de escravatura no Brasil e nos EUA. Ao contrário do que parecem supor as plateias, as condições impostas aos cativos eram tão ferozes aqui como nos EUA, assim como era comum a captura de homens livres por direito.



LILIA MORITZ SCHWARZ
MARIA HELENA P. T. MACHADO

HA SITUAÇÕES que parecem estar além de qualquer racionalização: diante delas quem sabe a única resposta seja a profunda indignação. Esse é o caso do sistema escravista retratado em bases mercantis a partir do século 16, que instituiu um modelo de trabalho pautado na naturalização da violência, na compra e no tráfico de viventes. Difícil descrever por meio de interpretações objetivas um cotidiano que invadia a todos e se esmerava na aplicação de uma cartografia de castigos, vexações e punições.

"12 Anos de Escravidão" procura traduzir em imagens o que é praticamente indizível em palavras. O filme, que chegou há pouco às nossas telas, foi precedido por debates e críticas, aqui como no contexto norte-americano. Não foram poucos os que acusaram o diretor Steve McQueen de fazer um filme vocacionado para o Oscar — longa concorre hoje a nove prêmios. Outros destacaram o exagero sentimental, cenas patéticas e o recurso a um fundo musical que tem por objetivo deixar ainda mais tenso um assunto já por si nervoso.

Não por acaso a escravidão permaneceu por muito tempo no silêncio, nos EUA e no Brasil, ou foi tratada como um não tema. Talvez este seja um bom momento para fazer do passado uma investigação. Por que tantos e por tanto tempo sustentaram tal sistema? O filme se baseia na narrativa de vida de Solomon Northup — negro livre de Nova York, sequestrado e vendido na década de 1840 como escravo para trabalhar nas fazendas nas fronteiras do sul do país. A publicação de sua história, em 1853, serviu como veículo para a difusão das novas ideias abolicionistas. Esquecido desde então, o relato de Northup voltou às livrarias impulsionado pelo lançamento do filme — no Brasil, saíram duas edições (pela Penguin/Companhia das Letras e pela Seoman).

A reconstrução feita no cinema, minuciosa, realista e mitológica ao livro, se detém nos aspectos sombrios do funcionamento da escravidão no sul dos EUA, trazendo para a tela as engrenagens do tráfico interno e ilegal, a organização do trabalho compartilhado nas "plantations", as políticas senhoriais de controle, punição e compensação de escravizados, as regras de submissão, as relações inter-raciais e, sobretudo, a violência de um sistema que supõe

a posse de um homem por outro.

Para completar a fatura, "12 Anos" ainda mostra como era frágil a situação civil dos negros livres e libertos — assim como a própria noção de liberdade. A sensação que fica é a de que nada era seguro no período anterior à Guerra Civil, com os negros livres norte-americanos contando apenas com direitos sociais limitados. Tal perfil valia até para o norte dos EUA, que exaltava valores republicanos e cidadãos. O direito ao voto para negros era um privilégio raro e a política de segregação já começava ser implantada em muitos lugares. Sem ter o direito de testemunhar contra brancos ou de a eles igualar-se constitucionalmente, o negro livre era entendido — como bem nota a historiadora Barbara Fields em ensaio clássico — quase como um estrangeiro. A fronteira entre cativo e liberdade era mais fluida do que se podia esperar.

No contexto norte-americano, existe uma considerável tradição de narrativas escritas por escravizados e libertos: no cinema, porém, é novidade apresentar a escravidão a partir do ângulo dos afro-americanos. O filme de McQueen, por economia de argumentos ou conservadorismo, optou por deixar a trama mais previsível, conferindo o papel de libertador a um homem branco, educado e cananense — certamente remetendo-se à tradição daquele país de acolher escravos fugidos.

REAÇÕES O duplote livro-filme fez estourar nos Estados Unidos um debate volumoso. Voltando os olhos para a recepção que o longa de McQueen recebeu por aqui, podemos dizer que é no mínimo revelador observar as reações da plateia, que, entre entristecida e atônita diante da dureza das imagens, sai do cinema com questões do tipo: "Como era dura a escravidão nos Estados Unidos? Os senhores lá eram mesmo cruéis — no Brasil não era assim, não é?"

Esse tipo de resposta denuncia uma espécie de política de compensação e certo "alívio" tentador: joga-se a sensação incômoda sempre para o lado do outro, para bem longe de nós. No entanto o que hoje se sabe é que a escravidão no Brasil não foi essencialmente diferente da retratada em "12 Anos de Escravidão". Ao contrário, foi maior em número de africanos entrados no país, assim como tomou todo o território e por um período de tempo ainda mais extenso.

As similaridades entre os regimes escravocratas de lá e de cá são muitas, a começar pela notável porosidade das fronteiras entre cativo e liberdade que são tema de "12 Anos" (o sequestro, aprisionamento, transporte, venda e revenda do protagonista se concre-

tizam quase sem estorvo por parte das autoridades ou da população).

Novos estudos nos EUA e no Brasil têm demonstrado a escandalosa ilegitimidade da escravidão. Amparada firmemente no costume e fazendo vistas grossas a sua flagrante ilegalidade, a escravidão, concluem muitos pesquisadores, foi um sistema marcado pela bastardia jurídica.

Em artigo publicado em 2012 na revista "Afro-Ásia", Rebecca Scott e Jean Hébrard, ao acompanhar a trajetória de Kossale, da nação pou-lard, do Haiti dos finais do século 16 para os Estados Unidos, nos EUA, passando por Cuba, desvelam os pés de barro da legislação escravista em três contextos jurídicos.

No Brasil, é conhecido o proverbial desrespeito à lei de 1831 que proibia o tráfico atlântico. Tal atitude política produziu gerações de africanos e descendentes submetidos à escravidão ilegal, como denunciou pioneiramente o filósofo negro Luiz Gama (1830-82) — ele próprio mantido em cativeiro ilegal por anos de sua juventude —, seguido por muitos outros abolicionistas. A precarização da liberdade foi, assim, o pão de cada dia de negros livres, libertos e africanos livres na sociedade brasileira.

O notável desprezo das sociedades escravistas pelas leis se esprava por toda a sociedade, facilitando a reescravidão. No Brasil, a exigência de passaportes, passes e bilhetes de embarque que deveriam acompanhar o deslocamento dos cativos comprova a preocupação das autoridades em manter o controle dos escravos — e sobre qualquer indivíduo que apresentasse possíveis traços de pertencimento a eles.

Situação comissíssima era a detenção de negros e negras para a conferência dos dados de identificação e comprovação de identidade. Nestas ocasiões, muitos homens livres, detidos fora de seu meio social imediato, foram facilmente aprisionados e vendidos como escravos, conforme mostra uma série de investigações, sugerindo que, no Brasil, existiram milhares de Northups.

TRANSFORMAÇÃO Outro aspecto a ser lembrado é o da transformação de Northup, homem livre, de certas poses, bem educado e alfabetizado, exímio violinista e carpinteiro — um gentleman negro integrado à burguesia branca — em escravo do etno, degradado, quebrado por castigos, e que passa ao anonimato como cativo.

Tal mudança encontra paralelo, no Brasil, no quebra-negro, castigo muito utilizado para sazomar escravos novos ou recém-adquiridos, que obrigava os cativos a sempre olhar para o chão diante de qualquer autoridade e, sobretudo, a esconder sua identidade e aptidões. O escravo devia se apresentar como ser ignorante, desprovido de conhecimentos ou especialidades, sendo a obediência e a lealdade de qualidades muito apreciadas. Lealdade, por sinal, era atributo necessário também para libertos, sendo que a falta de deferência a um antigo senhor poderia levar à recondução ao cativeiro.

A despeito das altas doses de sadismo, é claro que a violência do sistema tinha um sentido econômico claro: a de moldar a prontidão do escravo e fazê-lo trabalhar ao máximo. Northup recebeu sua dose de serícias pedagógicas e disciplinares, à semelhança do que ocorria no Brasil, conforme ates-

tadas bem como em uma menor coesão da classe senhorial, dividida entre pequenos, médios e grandes proprietários, espartados por todo o país. Com certeza mostra, também, como violência chama sempre mais violência.

O filme permite ainda explorar ambivalências que cercaram a escravidão, cuja realidade era atravessada pelo paternalismo e por toda forma de intimidação.

Entre tantas histórias, sobressai no longa a de Patey, jovem escravo cuja esposa é trionfante por todo o país. Seu corpo não é apenas apropriado como produtor de riqueza mas também esquivo instrumento de prazer, gozo e culpa por parte de seu proprietário — e de ódio por conta do ciúme da senhora.

Aqui aparece pintada, e com tintas ainda mais fortes, a clássica análise de Gilberto Freyre sobre a sexualidade exercida na intimidade da alcova escravista: o autoritarismo senhorial ali se encontra com a "aparente" passividade da mulher escravizada, a qual era antes uma rendição atrozizada.

Nada mais angustiante do que o silêncio de Patey e sua vontade de se reassimilado por outro escravo, que ao mesmo reconhece sua dor. Pesada é a ironia atizada pela feminista afro-americana Bell Hooks, que critica a incapacidade do filme de dar voz à escrava, já que é Northup quem vocaliza o sofrimento de Patey. Segundo Hooks, as narrativas de escravos seguem silenciadas e silenciosas.

Não há escravidão melhor ou pior. Sempre e em qualquer lugar ela gera o sadismo, a naturalização da violência e a perversão social. O que resta, nos EUA ou aqui, é a má consciência, a culpa da perpetuação de um sistema como esse por tanto tempo. Pesa na nossa agenda nacional o fato de o Brasil ter sido o último país do Ocidente a abolir a escravidão. Marca pesada, ela ainda é vista como um descuido, uma circunstância. Não foi.

Talvez por isso o Hino da Proclamação da República, criado apenas um ano e meio após a abolição da escravidão em 1888, ainda entoe um envergado e indireto apelo: "Nós nem cremos que escravos outrora (tema havido em dia nobre país". Outra era o sistema que se por tanto tempo. Pesa na nossa agenda nacional o fato de o Brasil ter sido o último país do Ocidente a abolir a escravidão. Marca pesada, ela ainda é vista como um descuido, uma circunstância. Não foi.

Talvez por isso o Hino da Proclamação da República, criado apenas um ano e meio após a abolição da escravidão em 1888, ainda entoe um envergado e indireto apelo: "Nós nem cremos que escravos outrora (tema havido em dia nobre país". Outra era o sistema que se por tanto tempo. Pesa na nossa agenda nacional o fato de o Brasil ter sido o último país do Ocidente a abolir a escravidão. Marca pesada, ela ainda é vista como um descuido, uma circunstância. Não foi.

Lilia Moritz Schwarz, 56, é professora titular de antropologia da USP e "global scholar" da Universidade de Princeton. Maria Helena Pereira Toledo Machado, 58, é professora titular de história da USP.

Era comissíssima aqui a detenção de negros para conferência de documentos. Muitos homens livres foram aprisionados assim; podem haver existido milhares de Northups



RAFAEL CAMPOS ROCHA | **Deus, essa gostosa**



As similaridades entre a escravatura no Brasil e nos EUA são muitas, a começar pela porosidade das fronteiras entre cativo e liberdade que são tema do filme